



Notícias da Paz

Conselho Português para a Paz e Cooperação

Abril/Maio 2011

Concentração juntou centenas em Lisboa

Não à agressão à Líbia

Centenas de pessoas compareceram, ao fim da tarde de dia 23 de Março, na concentração promovida pelo CPPC junto da Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, contra a agressão militar em curso contra o povo líbio.

A intervenção militar foi iniciada no dia 18 de Março, com bombardeamento aéreos e navais, no seguimento de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que impunha uma «zona de exclusão aérea» no país e a «defesa das populações civis». Portugal votou favoravelmente esta resolução nesse órgão da ONU (no qual tem actualmente assento), sendo cúmplice de mais este crime.

O envolvimento da NATO nesta operação, por mandato da ONU, é já o cumprimento do novo e mais agressivo conceito estratégico da aliança, aprovado na Cimeira de Lisboa há apenas quatro meses.

Rejeitando as mentiras e mistificações e a hipocrisia dos que levam a cabo a agressão militar, e dos que a apoiam – falando uma vez mais em missão «humanitária» – as centenas de pessoas ali presentes chamavam a atenção para o que está verdadeiramente em causa: o controlo das importantes reservas líbias de petróleo e gás natural e o reforço da presença militar das grandes potências europeias e dos EUA naquele estratégico local, que enfrenta hoje importantes movimentações populares de carácter anti-imperialista, de que a Tunísia, o Egipto e o Bahrein são exemplos notáveis.



O CPPC participou na grande manifestação nacional de 19 de Março, promovida pela CGTP-IN, repudiando a agressão à Líbia

Uma guerra contra a verdade

Coube a Filipe Ferreira, da Direcção Nacional do CPPC, intervir na concentração de dia 23. Após saudar os presentes e as organizações que se juntaram à convocatória da iniciativa, o dirigente do CPPC destacou que se impunha realizar a concentração, que se juntava a «muitas outras que naqueles dias tiveram lugar um pouco por todo o mundo.

Segundo o CPPC, pela voz do seu dirigente, «estamos perante mais uma inaceitável agressão a um país soberano e uma escalada de guerra, de que o povo líbio é a primeira vítima». Para Filipe Ferreira, «estamos aqui», junto à embaixada dos EUA em Lisboa, «porque não nos deixamos iludir pelas manobras que tentam mascarar as profundas responsabilidades dos Estados Unidos no desencadear desta agressão. É norte-americano o comando militar desta operação, é do Africom (comando norte americano para África), que são controladas as missões de ataque contra a Líbia». Ataque que, lembrou, «é a aplicação prática do novo conceito estratégico da NATO, adoptado, Novembro passado, na Cimeira em Lisboa».

Mas, como bem salientou Filipe Ferreira, «não minimizamos o papel dos seus aliados da União Europeia e da NATO, onde se destacam a França e o Reino Unido, obsoletas potências coloniais, nem tão pouco esquecemos a conivência de alguns governos da região». Nem a postura subserviente do Governo português...

Campanha de desinformação

O dirigente do CPPC chamou a atenção para a «desmesurada campanha mediática de desinformação que tenta criar junto da opinião pública condições para a aceitação de mais esta guerra de agressão imperialista». Seja qual for a opinião que cada um tenha sobre a natureza e evolução do governo líbio, realçou, «não podemos aceitar que esta intervenção tenha alguma vez tido como objectivo proteger o povo líbio» – assim como a salvaguarda dos interesses dos povos da Jugoslávia, do Iraque ou do Afeganistão «não foi a causa das agressões a esses países, aliás, tal como a violenta realidade aí o está a demonstrar».



Para Filipe Ferreira, «é absurda a argumentação de que o objectivo da agressão à Líbia é a de salvar ou libertar o seu povo, quando, além do mais, ela é proferida por

aqueles que durante anos apoiaram e continuam a apoiar ditaduras, coniventes com o imperialismo, no mundo árabe e em todo o planeta». Por aqueles que durante anos «escravizaram povos através de impérios coloniais e que hoje tentam perpetuar o seu domínio através de práticas neocolonialistas, pelos que se dizem preocupados com o povo da Líbia e calam a violenta repressão que ocorre no preciso momento, por exemplo, no Bahrein, no Lémene ou de Israel contra o povo palestino».

Razões de um protesto

O dirigente do Conselho da Paz terminou o seu discurso com a reafirmação das razões que juntaram ali centenas de pessoas, representando certamente muitos mais que ali não puderam estar. «Estamos hoje aqui para afirmar que não aceitamos que, uma vez mais, se sacrifique um país e o seu povo para satisfazer interesses alheios». E para afirmar que «não aceitamos que, a coberto



Uma agressão previsível

Já antes de as bombas começarem a cair sobre território líbio o CPPC chamava a atenção para a situação «confusa» que se vivia naquele país e para a possibilidade real de EUA, UE e NATO iniciarem uma agressão militar contra a Líbia. Num comunicado de dia 1 de Março, o CPPC considerava que a «ilegitimidade de uma eventual ingerência e agressão faz evocar, por um lado, a intervenção ilegal da NATO na Jugoslávia e, por outro lado, o apoio efectivo a Israel e a ausência até mesmo de condenação diplomática pelos EUA, com respeito aos crimes que hoje mesmo continuam a ser perpetrados contra o povo palestino».

Nesse comunicado, o Conselho da Paz denunciava os que, alegando a defesa dos Direitos Humanos, procuravam de facto «defender os seus próprios interesses estratégicos procurando apropriar-se do petróleo e gás natural».

de mentiras, se procure subjugar pela violência milhões de seres humanos para usurpar os recursos naturais do seu país, garantir o controlo militar e político de uma região em que os interesses do imperialismo se vêem eventualmente ameaçados pelos legítimos desejos de emancipação democrática, de afirmação de autêntica soberania nacional dos povos que a habitam». O CPPC defende a solução pacífica do conflito interno líbio, no respeito pela soberania e integridade territorial do país.



Revoltas árabes

Respeite-se a vontade dos povos

O CPPC tem acompanhado de perto os acontecimentos que estão a abalar o mundo árabe e tem promovido e participado em diversos debates e sessões subordinados a estas complexas temáticas. E tomou desde logo posição acerca delas: num comunicado de 14 de Fevereiro, o Conselho da Paz congratulava-se com a «histórica vitória do povo egípcio» que, três dias antes, derrubara o presidente Mubarak – que transferiu o poder para um Conselho Militar. O CPPC realçava ainda o facto de este feito ter sido alcançado por «homens, mulheres, jovens estudantes, trabalhadores e desempregados».

No comunicado recordava-se que com Mubarak à frente dos destinos do Egipto foram 30 anos de «repressão, sem liberdade de expressão ou associação ou reunião, 30 anos de miséria e desemprego para o povo, mas de corrupção e obscuro enriquecimento da classe dirigente». Mas também 30 anos de «subserviência a interesses estrangeiros – políticos, económicos e militares». Hosni Mubarak, prossegue o comunicado do CPPC, «foi um ditador descartável, apoiado pela UE, Israel e EUA até ao momento em que estes, procurando salvar o essencial do regime e a continuação da sua influência e domínio na região, o sacrificaram». Quase 2 mil milhões de dólares, a maior parte revertendo novamente para os EUA pela compra de material de guerra, era o «pagamento anual à ditadura».

O CPPC lembrou ainda a «forte repressão que se abateu sobre as lutas» travadas nesse país, «silenciadas e ignoradas pelas potências amigas do regime e pelos grandes meios de co-

municação ocidentais». Desde 1989 que ocorriam naquele país «greves e protestos de trabalhadores, devendo destacar-se o ano de 2008 em que aparece o movimento jovens do 6 de Abril em apoio aos trabalhadores em luta contra o preço do pão».

Dez dias antes, a 4 de Fevereiro, o CPPC comentava o levantamento popular em curso naquele país considerando fundamental que a vontade do povo fosse respeitada, sem ingerência externa por parte das grandes potências mundiais. Condenou também a «violenta repressão» exercida sobre as manifestações populares pacíficas.

Bahrein invadido

No dia 17 de Março, o CPPC denunciou a invasão do Bahrein por tropas militares estrangeiras, nomeadamente da Arábia Saudita e dos Emiratos Árabes, para esmagar as revoltas populares em curso contra a monarquia. Na ocasião, o CPPC destacava o carácter contrário à lei internacional desta invasão, apelando à intervenção diplomática da ONU para lhe pôr fim.

Confrontado com fortes protestos populares, o monarca do Bahrein não encetou qualquer diálogo, recorrendo antes à repressão por via das suas forças de segurança. Após declarar o Estado de Emergência, abriu a porta à entrada de tropas estrangeiras, que ocuparam a capital e causaram um número indeterminado de mortes.



Sessão em Lisboa



Debate no Barreiro

62 anos de agressão

No dia 4 de Abril, o CPPC evocou os 62 anos de existência da NATO, que inaugurou «com a agressão à Líbia o seu renovado conceito estratégico, que foi adoptado 4 meses antes na sua Cimeira de Lisboa». Como já tinha sido alertado, a NATO «provocaria as situações que posteriormente – perante uma opinião pública intencionalmente manipulada através de campanhas de desinformação – utilizaria para tentar “justificar” a sua agressão».

Nesse comunicado, o CPPC reafirmava o compromisso (assumido perante as dezenas de milhares que participaram na grande manifestação Paz Sim! NATO Não!) de continuar a reforçar o movimento pela paz e anti-imperialista, prosseguindo a exigência de dissolução da NATO.

Jugoslávia

Também os 12 anos do início dos bombardeamentos à Jugoslávia foram assinalados através de um comunicado emitido no dia 24 de Março. O CPPC lembrou que «sob o pretexto de uma “intervenção humanitária”, à revelia do direito internacional, milhares de toneladas de sofisticadas bombas foram lançadas sobre o território de um país soberano, provocando imensos prejuízos materiais e económicos e ceifando a vida a 4 mil pessoas, na sua maioria civis, e deixando mais de 10 mil feridas». O CPPC prosseguia acusando a NATO de «utilizar bombas de fragmentação, assim como munições de urânio empobrecido que continuam a ter brutais consequências ao fim de mais de uma década e continuarão a ter no futuro».

Guerra do Golfo

A primeira Guerra do Golfo, iniciada em Janeiro de 1991, inaugurou a chamada – pelas forças dirigentes do imperialismo, com os EUA à cabeça – Nova Ordem Mundial. Foi isto que o CPPC afirmou num comunicado de 24 de Janeiro, evocando os 20 anos do início desta agressão ao Iraque. Na sequência desta guerra, «o Iraque ficou destruído: com as redes sanitária, de distribuição de água e eléctrica seriamente danificadas, com a indústria petrolífera semi-destruída e paralisada, e teve um número calculado de 200 mil mortes entre soldados e civis».

Contra a ocupação e os colonatos

Solidariedade com a Palestina

O CPPC mantém-se activamente solidário com o povo da Palestina na sua luta contra a ocupação israelita e pela construção do seu Estado independente, soberano e viável. Num comunicado de 21 de Fevereiro, condenou o veto dos Estados Unidos da América no Conselho de Segurança das Nações Unidas a uma proposta de resolução que condenava o início da construção de novos colonatos israelitas nos territórios palestinianos ocupados desde 1967, considerando-os ilegais, e que exigia o fim da ocupação. A resolução teve o voto favorável dos restantes 14 membros do Conselho de Segurança e foi subscrita por 120 dos 192 países membros das Nações Unidas.

Para o Conselho da Paz, este «deplorável veto veio, uma vez mais, desmascarar quaisquer discursos de “boa vontade” da administração norte-americana, que, com este acto, reitera o seu apoio à política colonialista e genocida do governo de Israel, seu cúmplice nos planos de domínio para o Médio Oriente». A hipocrisia da administração Obama «está também patente no seu dúbio posicionamento perante os recentes acontecimentos no mundo árabe, onde os povos de vários países se têm levantado contra regimes opressores que durante décadas contaram com o apoio norte-americano».



Atitude «reprovável»

Já no dia 25 de Janeiro, o CPPC repudiara a visita a Portugal de Avigdor Liberman, ministro dos Negócios Estrangeiros israelita e dirigente de um partido que defende a expulsão da população árabe do território de Israel. A visita realizou-se a convite das autoridades portuguesas, o que o CPPC qualificou de «reprovável».

O Conselho da Paz lamentava ainda que o Governo português, que «não tem tomado uma atitude firme nas instâncias internacionais pelos legítimos direitos do povo palestino», dê cobertura a um governo que atropela estes direitos. O governo de Israel, acrescenta, «não cumpre o direito internacional e não respeita os Direitos Humanos», sendo responsável pelo genocídio praticado sobre o povo da Palestina.

O que o Governo português deveria fazer, conclui o CPPC, era – no cumprimento, aliás, da Constituição da República Portuguesa – ter uma «actuação concordante com o direito internacional, com a Carta e Resoluções da ONU no que concerne à questão Palestina», condenando a criminosa actuação do governo de Israel.

Grande manifestação «Paz Sim! NATO Não!» 30 mil que foram a voz de um povo

Respondendo presente! ao apelo da campanha «Paz Sim! NATO Não!», 30 mil pessoas participaram na tarde de 20 de Novembro, em Lisboa, na grande manifestação contra a NATO e a cimeira que se realizava a poucos quilómetros dali.

Com esta forte participação popular, o povo português deixou bem claro que quer a retirada das tropas nacionais de missões da NATO e o fim das bases militares estrangeiras e das instalações da aliança em Portugal, ao mesmo tempo que defende a adopção de uma política externa norteada pelos valores inscritos na Constituição da República Portuguesa, como a paz, a solidariedade e a cooperação entre os povos. O fim da corrida aos armamentos, o desarmamento nuclear e a dissolução da NATO foram outras das causas que trouxeram à rua aqueles milhares de pessoas.

Partindo do Marquês de Pombal, os manifestantes desceram de forma combativa e serena a Avenida da Liberdade, concentrando-se na Praça dos Restauradores, onde ouviram as várias intervenções e aprovaram a resolução da manifestação (ver páginas seguintes).

A grande manifestação de 20 de Novembro culminou um ano intenso de esclarecimento e mobilização protagonizada pela campanha «Paz Sim! NATO Não!», que congregou o que de mais vivo e activo existe no País nas mais variadas áreas de intervenção.



Enfrentar intimidações e chantagens

Durante meses, sempre que na comunicação social se referia a contestação à realização da cimeira da NATO em Portugal e aos seus objectivos dava-se conta da «provável» vinda a Portugal de grupos violentos que fariam da manifestação uma autêntica batalha campal. O verso da medalha foi as múltiplas reportagens acerca dos treinos da polícia de intervenção e dos blindados comprados de propósito para a manifestação de 20 de Novembro. Sobre a legítima oposição à cimeira e à NATO, pouco ou nada se disse, como muito poucas vezes se ouviu de viva voz aqueles que a promoveriam – as organizações integrantes da campanha «Paz Sim! NATO Não!».

Assim, aquelas 30 mil pessoas que desceram a Avenida da Liberdade nesse já histórico 20 de Novembro de 2010 fizeram-no recusando não só a NATO e a cimeira mas também as provocações, intimidações e chantagens com que foram confrontados, dizendo bem alto que o povo português não quer ser envolvido em guerras de agressão – antes deseja a paz e cooperação entre os povos e o fim dos blocos político-militares, entre os quais a NATO.

Mais uma vez, a combatividade e a serenidade do povo foi mais forte do que as manobras dos poderosos.

Manifestação terminou com discursos

Palavras combativas



O final da grande manifestação de Lisboa, o presidente do CPPC, Rui Namorado Rosa, falou às milhares de pessoas concentradas nos Restauradores em nome da Campanha «Paz Sim! NATO Não!», atestando o papel determinante do Conselho da Paz nesta ampla plataforma.

Rui Namorado Rosa saudou as «mais de cem organizações portuguesas congregadas nesta campanha» e as «inúmeras iniciativas e acções de esclarecimento, que levaram a cabo de Norte a Sul do País, no decurso deste ano». A todos os que ali representavam todas essas organizações, o presidente do CPPC afirmou: «Valeu a pena termos feito este caminho comum, no respeito pelas nossas especificidades, na base de princípios que partilhamos.»

Rui Namorado Rosa guardou ainda umas palavras de saudação fraterna para o Conselho Mundial da Paz, que se fez representar pela sua presidente Socorro Gomes, e para as numerosas delegações de organizações e movimentos da paz estrangeiras, que marcaram presença na manifestação.

A manifestação de dia 20 de Novembro, realçou o presidente do CPPC, significou o «repúdio da NATO, dos objectivos expansionistas e hegemónicos imperiais de que a NATO é o braço armado, em usurpação e detrimento da soberania de todos os estados e da paz mundial». Mas foi também, continuou, uma «denúncia dos objectivos bélicos dos EUA, da política militarista da União Europeia, do anunciado exército europeu, de suas missões para além das fronteiras de cada estado».

A terminar a sua intervenção, Rui Namorado Rosa reafirmou as exigências que ali levaram aquela multidão: a retirada das forças portuguesas envolvidas em missões militares da NATO: o fim das bases militares estrangeiras e outras instalações e actividades da NATO em território nacional; o desarmamento e o fim das armas nucleares e de destruição maciça; a dissolução da NATO e o cumprimento do estipulado na Carta das Nações Unidas e da Constituição da República Portuguesa.



Uma luta que deve prosseguir

Não foi só o presidente do CPPC que discursou perante uma Praça dos Restauradores completamente cheia – e ainda com muitos milhares descendo a Avenida da Liberdade.

Antes, **Graciete Cruz**, da Comissão Executiva da CGTP-IN, considerou estar-se num tempo em que «imperam os interesses das grandes potências e do grande capital – conduzindo a uma ofensiva sem precedentes contra direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores e dos povos e ao incremento das guerras, das tensões e conflitos». Para a dirigente sindical, a participar na cimeira da NATO estavam precisamente aqueles que são os «principais responsáveis pela situação que vivemos à escala global» – naquela ocasião, reunidos «em torno da NATO e ao serviço dos objectivos estratégicos, de domínio do mundo, de quem nela determina».

Graciete Cruz referiu-se ainda à greve geral que se realizaria quatro dias depois (com enorme êxito, diga-se, envolvendo três milhões de trabalhadores), acrescen-

tando que a «roda da história não pára». A luta dos trabalhadores e dos povos, concluiu, é «o motor da transformação social, em ordem a um mundo melhor e possível, de progresso e de paz».

Helena Barbosa, do Comité Nacional Preparatório do 17.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, referiu-se às lutas travadas pelos jovens portugueses em defesa dos seus direitos – na escola, no trabalho e na vida – realçando que «por todo o mundo a juventude se insurge contra o rumo que o imperialismo imprime nas sociedades, resistindo e lutando pelo direito à autodeterminação e independência dos povos, pela democracia e pela paz». A juventude, acrescentou, «é uma força com grande potencial transformador, dinâmica e essencial para o desenvolvimento das sociedades». A sua participação na manifestação foi prova disso mesmo.

Socorro Gomes, presidente do Conselho Mundial da Paz, que se solidarizou com a Campanha «Paz Sim! NATO Não!» valorizou a impressionante manifestação popular que ali se tinha realizado, apelando ao povo português para prosseguir a luta contra o imperialismo e a guerra.

Declaração «Paz Sim! NATO não!»

A NATO é a maior ameaça à Paz!»

Lida, no final da manifestação, pela atriz e combatente pela Paz Maria do Céu Guerra

As organizações da Campanha «Paz sim! NATO não!» e os cidadãos e cidadãs participantes na manifestação «Paz sim! NATO não!» declaram que:

1. A NATO é uma aliança militar agressiva que constitui na actualidade a maior ameaça à paz e à segurança internacional;

2. A NATO, apostada em esmagar os direitos dos povos, violar as soberanias nacionais e subverter o direito internacional, mantém o mundo refém da corrida aos armamentos, da ameaça de guerra e do terror nuclear;

3. A NATO é responsável por crimes hediondos, pela liquidação de incontáveis vidas humanas, pela destruição de países e de recursos;

4. Enquanto milhares de seres humanos morrem de fome e de doenças evitáveis e a pretexto da crise e do combate ao défice se atacam as condições de vida e os direitos dos trabalhadores, as despesas militares não cessam de aumentar – os orçamentos militares dos países membros da NATO representam, em conjunto, cerca de 70% das despesas militares no mundo;

5. Os grandes responsáveis pela agudização da situação económica e social ao nível nacional e internacional são os mesmos que promovem a corrida aos armamentos, a militarização das relações internacionais e a guerra;

6. Portugal, membro fundador da NATO pela mão do regime fascista, mantém-se há mais de sessenta anos dependente desta aliança belicista e dos interesses dos EUA e das grandes potências da União Europeia;

7. O empenho das autoridades portuguesas na NATO colide com princípios fundamentais contidos na Constituição da República Portuguesa e na Carta das Nações Unidas, de que Portugal é signatário, como a soberania, independência, não ingerência, não agressão, resolução pacífica dos conflitos, igualdade entre Estados; abolição do imperialismo, do colonialismo e de



quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração; desarmamento, dissolução dos blocos político-militares;

8. Na linha dos anteriores, o actual governo português impõe novos e acrescidos sacrifícios aos trabalhadores e gasta milhões de euros com a adaptação das forças armadas portuguesas às exigências da NATO e com o envio de militares portugueses ao serviço das suas agressões;

9. A defesa da paz e a luta contra a guerra é parte integrante e condição necessária para assegurar o progresso e a justiça social dos povos;

11. A Constituição que consagrou a paz e que preconiza, por exemplo, que «Todos têm direito ao trabalho», que «Todos têm direito à segurança social», que «Todos têm direito à saúde», que «Todos têm direito a uma habitação», que «Todos têm direito à educação e à cultura», é a Constituição que não podia deixar de consagrar que cada povo é soberano e que tem o direito de decidir o seu presente e futuro;

12. A conquista da paz pelo povo português está irmanada com luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses;

13. É por ter esta consciência que saúdam a grande Greve Geral convocada pela CGTP-IN para dia 24 de Novembro e con-

vidam todos os trabalhadores e trabalhadoras portuguesas a nela participarem;

14. Valorizando as inúmeras iniciativas, a ampla participação e a profunda experiência unitária que representa a Campanha em defesa da Paz e contra a Cimeira da NATO em Portugal – Campanha «Paz sim! NATO não!», assumem o compromisso de continuar a reforçar o movimento pela paz e anti-imperialista, persistindo na sua activa intervenção em prol:

- Da oposição à NATO e aos seus objectivos belicistas;
- Da retirada das forças portuguesas envolvidas em missões militares da NATO;
- Do fim das bases militares estrangeiras e das instalações da NATO em território nacional;
- Da dissolução da NATO;
- Do desarmamento e o fim das armas nucleares e de destruição maciça;
- Da exigência do respeito e cumprimento da Constituição da República Portuguesa e das determinações da Carta das Nações Unidas, pelo direito internacional e pela soberania e igualdade dos povos.

Lisboa, 20 de Novembro de 2010

Nos 35 anos da Constituição

Defendê-la e cumpri-la

O CPPC está a assinalar os 35 da Constituição da República Portuguesa e aderiu à plataforma *Juventude do Futuro, Constituição do Presente*, que pretende chamar a atenção para o que de mais avançado a Lei Fundamental consagra.

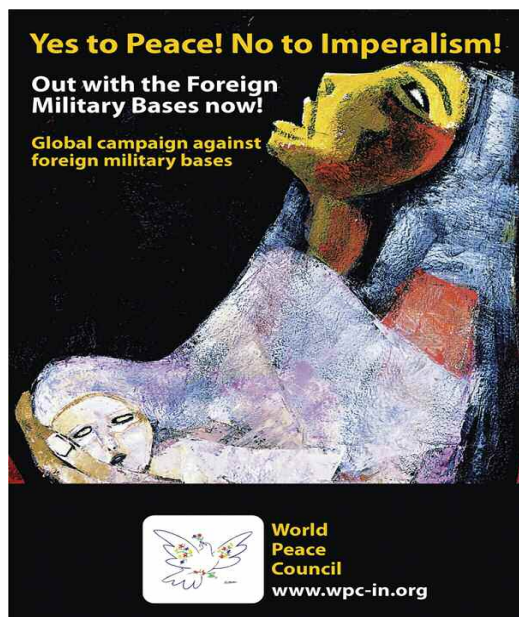
Aprovada em 2 de Abril de 1976, a Constituição da República Portuguesa mantém, apesar de profundos golpes que já sofreu ao longo destes anos, um património vasto de direitos e garantias que importa recordar em ano de tão expressivo aniversário. Num comunicado emitido pelo CPPC no próprio dia 2, lembrava-se que a Constituição, entre outros direitos, «consagrou e consagra também a aspiração do povo português a viver em Paz com todos os povos do mundo».

No seu artigo 7.º, afirma-se que Portugal se rege, nas relações internacionais, pelos princípios da «independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade», ao mesmo tempo que preconiza a «abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares».

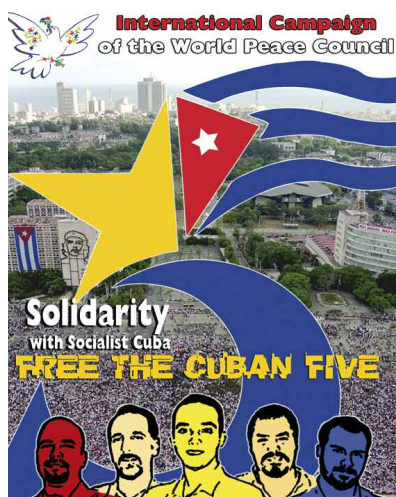
Campanha na rua

No que respeita à campanha, que envolve várias associações juvenis e movimentos sociais em defesa da Constituição da República, realizaram-se já inúmeras acções que lhe deram visibilidade. A campanha tem como objectivo central divulgar e dar a conhecer seu o artigo 70.º, que consagra que os jovens «gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais», nomeadamente no «ensino, na formação profissional e na cultura»; «no acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social»; «no acesso à habitação»; «na educação física e no desporto»; «no aproveitamento dos tempos livres».

Os promotores e subscritores da campanha acreditam e defendem que o 25 de Abril «é um momento marcante da história do nosso País e que não pode ser apenas uma memória longínqua» e comprometem-se a lutar para que se cumpra o que a Revolução dos Cravos «nos trouxe e que está, em boa parte, ainda inscrito na CRP».



Campanhas em curso
do Conselho Mundial
da Paz



17.º FMJE na África do Sul

O CPPC integrou o Comité Nacional Preparatório do 17.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes que se realizou em Dezembro na África do Sul, com a participação de mais de 15 mil jovens de todo o mundo. Tendo como lema *Derrotemos o Imperialismo, por um mundo de paz, solidariedade e transformação social*, aquele que é o maior evento juvenil anti-imperialista à escala mundial debateu temas tão variados como a guerra e o imperialismo ou os direitos à educação e a um emprego digno.

Conselho Português para a Paz e Cooperação Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2.º 1250-193 Lisboa Portugal

Tel. 21 386 33 75 / Fax. 21 386 32 21 e-mail: conselhopez@netcabo.pt

www.cppc.pt

Visita e adere à nossa página do Facebook